

PAÇOS DE FERREIRA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31
de dezembro de 2025 e de 2024 e Parecer dos Auditores
Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Senhores Acionistas, em observância às disposições legais e estatutárias, submetemos os documentos relativos às Demonstrações Financeiras, compreendendo o período de 01/01/2025 a 31/12/2025, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Belo Horizonte, 28 de abril de 2026.

PAÇOS DE FERREIRA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/ADEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS		-	-	99.408	189.678
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		-	-	(72.798)	(127.073)
LUCRO BRUTO		-	-	26.610	62.605
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	10	(1.040)	(480)	(37.444)	(45.439)
Tributárias		-	-	-	(480)
Equivalência patrimonial	6	13.496	23.696	5.953	6.239
Amortização da mais Valia		-	-	(549)	(963)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	17.976	22.715
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		12.456	23.216	12.546	44.677
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	11	98	34	14.404	9.254
Despesas financeiras	11	(1)	(1)	(181)	(535)
LUCRO OPERACIONAL		12.553	23.249	26.769	53.396
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		12.553	23.249	26.769	53.396
Imposto de renda e contribuição social correntes		(24)	(8)	(3.417)	(12.976)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(2.373)	(3.425)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.529	23.241	20.979	36.995
Atribuível a					
Acionistas/Sócios		12.529	23.241	12.529	23.241
Participação de não controladores		-	-	8.450	13.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PAÇOS DE FERREIRA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	12.529	23.241	20.979	36.995
Resultado abrangente total do exercício	12.529	23.241	20.979	36.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PAÇOS DE FERREIRA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de Lucros			Resultado do exercício	Total	Não Controladores	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	26.558	5.074	48.920	-	80.552	46.431	126.983
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.241	23.241	13.754	36.995
Reserva legal	-	238	-	(238)	-	-	-
Reserva de lucros retidos	-	-	23.003	(23.003)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(15.325)	-	(15.325)	-	(15.325)
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	(9.181)	(9.181)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	26.558	5.312	56.598	-	88.468	51.004	139.472
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.529	12.529	8.450	20.979
Aumento de Capital	61.592	(5.312)	(54.438)	(1.842)	-	-	-
Reserva legal	-	626	-	(626)	-	-	-
Reserva de lucros retidos	-	-	161	(161)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(2.160)	(9.900)	(12.060)	-	(12.060)
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	(7.988)	(7.988)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	88.150	626	161	-	88.937	51.466	140.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PAÇOS DE FERREIRA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.553	23.249	26.769	53.396
Ajuste por:				
Depreciação e amortização	-	-	607	1.088
Amortização Direito de Uso	-	-	426	544
Amortização Mais Valia	-	-	549	963
Equivalência Patrimonial	(13.496)	(23.696)	(5.953)	(6.239)
Provisão (reversão) para contingências	-	-	428	781
Provisão (reversão) para Desmobilização de Obras	-	-	(2.204)	575
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	-	-	-	(1.474)
(Ganho) perda Líquida na venda do ativo imobilizado	-	-	(198)	(286)
(Aumento) redução na conta de clientes	-	-	18.145	21.274
(Aumento) redução na conta de adiantamento de fornecedores	-	-	62	300
(Aumento) redução nas contas de impostos a recuperar	(7)	(4)	(8.722)	261
(Aumento) redução nos demais ativos	-	-	(2.569)	457
(Aumento) redução nos depósitos judiciais	-	-	44	(84)
(Aumento) redução no ativo fiscal diferido	-	-	2.373	3.586
Aumento (redução) na conta de fornecedores	27	21	3.624	(17.905)
Aumento (redução) na conta de tributárias, sociais e Salários	2	(19)	(4.554)	(11.353)
Aumento (redução) na conta de Impostos a recolher	3	(1)	(3.828)	(19.358)
Aumento (redução) adiantamento de clientes	-	-	9.276	(15.494)
Aumento (redução) na conta de passivo de arrendamento	-	-	(41)	(506)
Aumento (redução) nos demais passivos	(3)	-	115	(349)
Aumento (redução) no passivo fiscal diferido	-	-	-	(161)
Caixa proveniente das operações	(921)	(450)	34.349	10.016
Imposto de Renda e Contribuição Social	(24)	(8)	(5.790)	(16.401)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(945)	(458)	28.559	(6.385)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
(Aumento) Redução de investimentos	-	-	-	-
Receita na Venda De Ativo Imobilizado	-	-	192	74
Dividendos recebidos	12.699	15.819	-	-
Adição ao intangível	-	-	(43)	(77)
(Aquisições) Baixas de imobilizado	-	-	(845)	(150)
Aquisição de Imóvel	-	-	(12.851)	-
Direito de uso de bens imóveis	-	-	(520)	(105)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	12.699	15.819	(14.067)	(258)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dividendos distribuídos	(12.060)	(15.325)	(12.060)	(15.325)
Transações com acionistas não controladores	-	-	(7.988)	(9.181)
Caixa usado nas atividades de financiamento	(12.060)	(15.325)	(20.048)	(24.506)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(306)	36	(5.556)	(31.149)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	633	597	67.603	98.752
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	327	633	62.047	67.603
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(306)	36	(5.556)	(31.149)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PAÇOS DE FERREIRA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A, sediada em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma sociedade anônima, atua no segmento de Holding de participações societárias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, já considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Também, foram observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TGs) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em consonância com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, especial com o CPC PME (R1) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequena e Médias Empresas, emitido pelo Conselho Federal De Contabilidade.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

Aprovação das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 28 de abril de 2026 considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Critérios Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

- a) Base de Consolidação** – As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, que incluem as demonstrações contábeis das empresas mencionadas na Nota Explicativa 6, foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Assim sendo, os principais procedimentos de consolidação são: Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas e eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa consolidada. As políticas contábeis de controladoras e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.
- b) Caixa e equivalente caixa** – São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Sociedade no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício. Em função disso são considerados como “equivalentes de caixa”, conforme estabelecido pelas normas brasileiras de contabilidade.
- c) Investimentos** – *Participação Societária*: Os investimentos da Sociedade em controlada, coligada ou em empreendimento controlado em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial. O investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida

após a aquisição. A participação societária é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas. As demonstrações financeiras das coligadas, controladas ou controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Sociedade. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis adotadas pelas coligadas, controladas ou controladas em conjunto estejam de acordo com as adotadas pela Sociedade. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Sociedade em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seus investimentos. Na situação das coligadas, controladas ou controladas em conjunto apresentar patrimônio líquido negativo, a Sociedade reconhece a perda estimada com o investimento até o limite do valor contábil líquido reconhecido.

- d) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)** – A Sociedade avalia anualmente a existência de possíveis indícios, que possam levar a perda do valor recuperável de seus ativos não financeiros, em especial dos grupos imobilizado, intangível e investimentos. Na avaliação considera eventos e/ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade. Havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Sociedade ao final do fechamento das demonstrações financeiras revisou e não identificou a existência de indícios de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seus ativos (imobilizado e intangível), não registrando nenhuma perda.
- e) Provisões** – A provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade. Quando a Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos as provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Sociedade. A Sociedade ao final do fechamento das demonstrações financeiras não era parte em processos como réu com classificação de perda provável ou possível, de acordo com os seus assessores jurídicos, não registrando nenhuma provisão para perda.
- f) Demais passivos circulantes e não circulantes** – São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro-rata” dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, conforme as normas brasileiras de contabilidade.

g) Demonstrações dos fluxos de caixa – As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.

4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Bancos e Equivalentes	-	-	589	29
Aplicações financeiras	327	633	61.458	67.574
Total	327	633	62.047	67.603

As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificado de Depósito Bancário, com liquidez imediata e rentabilidade média de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2025, e 101,5% em 2024, que são prontamente conversíveis a um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Negativo IRPJ	11	4	11	4
ISSQN a compensar	-	-	500	-
Outros Impostos a recuperar	-	-	8.257	42
	11	4	8.768	46

6. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Propriedade para investimento (i)	-	-	7.907	7.907
Investimentos em controladas (ii)	88.665	87.868	47.007	41.053
Mais valia na aquisição de investimentos (iii)	-	-	434	983
Ágio na aquisição de investimentos (iv)	-	-	7.797	7.797
	88.665	87.868	63.145	57.740

i) Propriedade para investimento

A propriedade para investimento da controlada refere-se à edificação controlada pela Sociedade com o objetivo de auferir rendimentos com locação. Dessa forma, foi classificado como propriedade para investimento como mantido para valorização de capital, sendo que o mesmo está mensurado pelo custo histórico. O valor de mercado (valor justo) é de R\$ 12.431.121,59, definido pelo Valor Venal do IPTU (lançado pela municipalidade) como proxy para o valor de mercado (valor justo). A Administração entende que o valor venal do IPTU reflete de forma fidedigna o valor justo do ativo na data de balanço.

ii) Informações dos investimentos em controlada

Controladas	Controladora				
	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência Patrimonial
Mascarenhas Barbosa Roscoe S/A Construções	63,2732%	140.131	21.945	88.665	13.496
				88.665	13.496

A movimentação dos investimentos é a seguinte:

	Controladora			
	31/12/2024	Equivalência patrimonial Resultado	Dividendos recebidos	31/12/2025
Mascarenhas Barbosa Roscoe S/A Construções	87.868	13.496	(12.699)	88.665
	87.868	13.496	(12.699)	88.665

iii) Mais valia em investimento adquirido

A mais valia da controlada foi constituída sobre ativos existentes em investimento adquirido em 14 de junho de 2019 e está sujeito a amortização de acordo com sua vida útil definida em laudo. Em 2025 foi amortizado a quantia de R\$ 549.

iv) Ágio na aquisição de investimento

O ágio na aquisição de investimento da controlada, ocorrido em 14 de junho de 2019, foi constituído com base na expectativa de rentabilidade futura. Não está sujeito à amortização, mas está sujeito a teste de impairment anual. A companhia controlada avaliou a recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), e não identificou indicativos de "impairment" para o período findo em 31 de dezembro de 2025. A avaliação de recuperabilidade foi suportada pelo histórico consistente de crescimento das receitas, do EBITDA e do resultado líquido apurado nos últimos exercícios, bem como pelas expectativas futuras de continuidade e crescimento das operações. Tais fatores reforçam a capacidade de gerar resultados suficientes para suportar o valor contábil do goodwill registrado.

7. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores (a)	59	32	12.549	6.125
Provisão para Fornecedores (b)	-	-	-	2.595
Cauções (c)	-	-	16	225
Previdência Privada Complementar (d)	-	-	125	121
Total	59	32	12.690	9.066

- (a) Valores devidos aos fornecedores pelo fornecimento de materiais e/ou prestação de serviços.
- (b) A provisão para subempreiteiros da controlada é realizada pela empresa a cada fechamento, a partir de serviços que foram prestados pelos fornecedores e já medidos, porém ainda não faturados.
- (c) Valores retidos das notas fiscais emitidas pelos fornecedores na controlada, como garantia da execução dos contratos vigentes, a serem liquidados quando do término das respectivas obras que se encontram em andamento, conforme disposições contratuais.
- (d) Valores devidos a Plano de Previdência complementar na controlada em benefício de todos os seus empregados, instituídos, a partir do contrato firmado com o Bradesco Vida e Previdência, de contribuição definida nas modalidades PGDL (Plano Gerador de Benefício Livre). No exercício de 2025 foi desembolsado um montante de R\$ 756 pago pelos empregados.

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, SOCIAIS E SALÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Obrigações trabalhistas e sociais	-	-	4.899	6.561
Impostos e contribuições retidos na fonte	4	2	72	214
PIS/COFINS s/ faturamento	-	-	149	333
INSS s/ faturamento	-	-	182	-
ISSQN s/ faturamento	-	-	2449	960
Provisão p/ férias e encargos	-	-	830	3.708
Participação nos Resultados e Gratificações	-	-	297	1.673
Provisão para desmobilização	-	-	7.872	10.076
Outros	-	-	67	50
Total	4	2	16.817	23.575

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social:

Em 19 de dezembro de 2025 a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas aprovou o aumento de capital por capitalização de reserva legal no montante de R\$ 5.311.685,59 (cinco milhões, trezentos e onze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), de reserva de lucros retidos no montante de R\$ 54.438.517,76 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, quinhentos, dezessete reais e setenta e seis centavos), e parcela do resultado do exercício de 2025 no montante de R\$ 1.841.850,40 (um milhão, oitocentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta centavos) passando o capital social de R\$ 26.558.427,95 (vinte e seis milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos) para R\$ 88.150.481,70 (oitenta e oito milhões, cento e cinquenta mil, quatrocentos e oitenta e um reais e setenta centavos).

O capital social subscrito e integralizado no final de 2025 é de R\$ 88.150.481,70 (oitenta e oito milhões, cento e cinquenta mil, quatrocentos e oitenta e um reais e setenta centavos), dividido em 26.551.107 (vinte e seis milhões, quinhentas e cinquenta e um mil e cento e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, inteiramente subscritas e integralizadas.

Reserva legal e dividendos:

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) é destinado à constituição de reserva legal, até o máximo de 20% (vinte por cento) do Capital Social, e 25% no mínimo, para distribuição de dividendos, compensados os

adiantamentos efetuados no exercício. Em 2025, a reserva legal foi constituída no montante de R\$ 626.463,66 (seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e seis centavos).

Na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2026, serão ratificadas as deliberações de dividendos intermediários no montante de R\$ 9.900.000,00 (nove milhões novecentos mil reais, a capitalização no montante de R\$ 1.841.850,40 (um milhão, oitocentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta centavos), e destinação do saldo remanescente de R\$ 160.959,09 (cento e sessenta mil, novecentos e cinquenta e nove reais e nove centavos) para a conta “Reserva de Lucros Retidos”.

10. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O saldo das despesas gerais e administrativas é composto por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Salários, encargos e participações	-	(122)	(23.366)	(27.348)
Serviços Prestados	(681)	(338)	(3.363)	(3.478)
Desmobilização de Obras	-	-	(4.958)	-
Hospedagem	-	-	(1.478)	-
Outras despesas Gerais e administrativas	(359)	(20)	(4.279)	(14.613)
	(1.040)	(480)	(37.444)	(45.439)

11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

O resultado financeiro é composto por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	98	34	9.454	9.581
Correção Selic	-	-	5.608	-
Outras receitas financeiras	-	-	39	116
Juros	-	-	-	7
PIS COFINS s/ receitas financeiras	-	-	(697)	(450)
	98	34	14.404	9.254

Despesas Financeiras

Juros	-	-	(141)	(500)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(19)	(20)
Outras despesas financeiras	-	-	(21)	(15)
	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>	<u>(181)</u>	<u>(535)</u>

DIRETORIA

Luiz Alexandre Monteiro Pires – Diretor

Luiz Eduardo Monteiro Pires – Diretor

Luiz Paulo Monteiro Pires – Diretor

RESPONSÁVEL TÉCNICO CONTÁBIL

Contador Hugo Mateus dos Reis Nascimento – CRC – MG 109.979/O – 4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Srs. Acionistas e Diretores da

PAÇOS DE FERREIRA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **PAÇOS DE FERREIRA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PAÇOS DE FERREIRA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparabilidade foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram em 28 de abril de 2025 relatório com opinião não modificada.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2026

AUDSERVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S.
CRC-01-MG-4553 – O

Fernanda Filizzola Mattos de Santos
Auditora Responsável
CRC-MG-113796/O-0

Alexandre Oliveira Chagas
Auditor Responsável
CRC-MG -075751-O